

**A BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR E A ARTE
NEOLIBERAL DE GOVERNAR
A EDUCAÇÃO NO BRASIL***



Mozart Linhares da Silva**
Josi Aparecida de Freitas***

Resumo: O texto problematiza as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto articuladoras do governo da população brasileira pelas vias educacionais, operacionalizada por uma racionalidade neoliberal. Entende-se, através da analítica de Michel Foucault, que esse documento, enquanto estabelece uma regulamentação à organização curricular do sistema educacional no Brasil, conduz, igualmente, a forma como se constituem os sujeitos que acessam as escolas. Tais processos se desenvolvem através da produção discursiva do próprio documento, compreendido neste texto como um dispositivo de segurança. Almeja-se mostrar como as práticas discursivas veiculadas pela BNCC objetivam produzir sujeitos que assimilarão os preceitos neoliberais como um modo de vida, empreendedores de si, aprendizes permanentes e competitivos. Com a publicação da BNCC, em 2017, a educação no Brasil se vincula a uma política contemporânea de estreitamento entre a educação brasileira e o corolário neoliberal do empresariamento social. A BNCC não deve ser analisada como um documento que se refere apenas aos sujeitos escolares – docentes e dis-

* Recebido em: 23.02.2020. Aprovado em: 13.04.2020.

** Doutor em História pela PUCRS, com extensão na Universidade de Coimbra, e Pós-doutor em Educação pela UFRGS. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da UNISC. Coordenador do grupo de pesquisa Identidade e Diferença na Educação. E-mail: mozartt@terra.com.br

*** Doutoranda em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestra em Educação UNISC. Professora e Supervisora Pedagógica no IFSUL Câmpus Venâncio Aires em afastamento para capacitação. Integrante do grupo de pesquisa Identidade e Diferença na Educação. E-mail: japarecidafreitas@gmail.com.

centes; mas sim, enquanto imbricada em relações de poder e de produção de subjetividades, precisa ser entendida como um elemento estratégico na regulação das condutas sociais. Assim é que a governamentalidade neoliberal é entendida como um modo de ser, um ethos, que tem nas competências gerais da BNCC um dispositivo fundamental para a disseminação do modelo empresa como princípio de funcionamento de toda sociedade.

Palavras-chave: Educação. Neoliberalismo. Currículo.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7). Busca estabelecer uma regulamentação para a organização curricular do sistema educacional no Brasil, conduzindo, igualmente, a forma como se constituem os sujeitos que acessam as escolas. E como diz respeito ao currículo, é necessário compreender a implicação da Base em relações de disputa, de força e de produção de subjetividades; precisa ser entendida como um elemento estratégico na regulação das condutas sociais.

Pela natureza do objeto da BNCC, ela se configura em um documento estratégico, uma vez que visa um estreitamento de relações entre Estado e sistema educacional, ou seja, aproximar a educação escolar dos projetos governamentais. A Base Curricular atende a determinadas cosmovisões, a determinados projetos e a uma perspectiva normalizadora que organiza artes de governar a população. A publicação da BNCC, em 2017, veio vinculada a um rol de proposições que explicitam ainda mais o projeto de aproximar o sistema educacional brasileiro aos modos de vida que atendem ao neoliberalismo. Vale ressaltar que a BNCC não se refere apenas aos sujeitos escolares – docentes e discentes; mas, enquanto produtora de subjetividades e reguladora de comportamentos e formas de viver, seu discurso se espalha por toda população.

Neste artigo, objetivamos problematizar as relações entre BNCC e neoliberalismo brasileiro na contemporaneidade, pensando-as a partir da noção foucaultiana de governamentalidade neoliberal, levando em consideração os cursos Segurança, Território e População (2008a) e Nascimento da Biopolítica (2008b), ministrados por Michel Foucault no Collège de France, em 1978 e 1979.

Para tanto, organizamos o texto em duas etapas. Primeiramente, analisaremos as articulações entre educação e governamentalidade neoliberal. Destacamos, nesta articulação, a constituição de estratégias de governo das condutas da população, conforme os preceitos neoliberais. Na etapa seguinte do texto, passaremos ao estudo mais específico da BNCC, enquanto um dispositivo necessário para o funcionamento do neoliberalismo, enquanto *ethos*, na sociedade brasileira contemporânea. Com isso, pretendemos mostrar como a BNCC veicula e produz práticas discursivas alinhadas ao pensamento neoliberal e que almejam produzir, assim, sujeitos também alinhados a este modo de ser, pensar e agir.

EDUCAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Quando observamos a historiografia sobre a escolarização na modernidade, nos deparamos com instituições constituídas como espaços/campos de treinamento para a vida social em geral (ARIÈS, 1981; ELIAS, 1990; NARODOWSKI, 2001; JARDIM, 2006). É nesse sentido que, segundo Resende,

dos vários lugares organizados para “abrigar” e/ou “capturar” as crianças, a escola, na época moderna, tornou-se espaço de referência para a orientação infantil em diferentes setores sociais com a geração de discursos especializados e a implementação de técnicas com vistas à produção de resultados previstos para a adequação social da infância na gestão da população (RESENDE, 2015, p. 131).

As instituições escolares são campos de intervenção do saber-poder, campos de investimento moral e controle social. Como aponta Jardim, “o espaço pedagógico é um campo aberto, cortado pelas relações de poder que passam desde os primeiros passos da aprendizagem, onde o poder regula, produz, molda indivíduos, fabrica imagens-modelos e avalia” (2006, p. 105).

Veiga-Neto (2007, p. 99), nesse sentido, salienta que a escola tem contribuído para a produção do sujeito moderno, ordeiro e civilizado:

existe todo um discurso falando da escola como a grande instituição encarregada da formação de novos quadros, da formação de uma nova sociedade, da formação de novas gerações capacitadas a viver melhor. Ou-

tros dizem que a escola está aí para nos ensinar a pensar por nós mesmos, a sermos mais livres, autônomos.

Porém, sem ratificar uma concepção “salvacionista, conscientizadora e libertadora para a educação escolarizada” (VEIGA-NETO, 2007, p. 100), o autor analisa as questões educacionais no âmbito de suas intersecções com a cultura, o social, a psicologia. Sendo assim, há uma implicação entre as atividades escolares e um “tipo de poder – o poder disciplinar – do qual depende a nossa ‘capacidade’ de nos autogovernarmos mais e melhor” (VEIGA-NETO, 2007, p. 101).

O autogoverno dos seres humanos corresponde a uma importante noção foucaultiana, a de governamentalidade, entendida como processos de condução de formas de se comportar, agir e pensar, como uma “arte de governar”, em que “não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar o máximo de leis como táticas” (FOUCAULT, 2016a, p. 418).

O autor vai chamar de táticas, tecnologias, mecanismos ou dispositivos de segurança, enquanto formas distintivas do liberalismo, as racionalidades que exercem o poder não diretamente nos sujeitos, mas mediante intervenções mais ou menos pontuais no meio em que os indivíduos vivem. Ou seja, governa-se intervindo e organizando situações em que as pessoas poderão exercitar o ato “livre” de fazer escolhas, sem a necessidade de produzirem-se leis para isso.

Sendo assim, a governamentalidade liberal é dependente da liberdade, precisa gerar liberdade, fazer da liberdade o “efeito positivo da ação governamental” (LEMKE, 2017, p. 66). Trata-se, portanto, de controlar a sociedade pelo gerenciamento da liberdade dos indivíduos. Fica claro, vale notar, que a liberdade, no entendimento de Foucault, constitui-se em uma condição de funcionamento do próprio liberalismo, “um produto artificialmente arranjado e um instrumento de práticas governamentais” (LEMKE, 2017, p. 65-66).

É importante salientar que a liberdade e o perigo, sob a atuação dos mecanismos de segurança, estão em constante tensão quando se trata de governar a população no neoliberalismo. É preciso produzir, ao mesmo tempo, liberdade, medo e riscos para o funcionamento do sistema neoliberal. Segundo Lemke, “o governo liberal nunca deve fixar a segurança, uma vez que o empenho pela segurança e o perigo da insegurança são aspectos complementares da governamentalidade liberal” (2017, p. 67). É justamente no tensionamento entre liberdade e riscos

que se produz o sujeito neoliberal. Há a incitação dos indivíduos em se responsabilizarem por seus sucessos ou fracassos, o que os levam a um investimento em si mesmos, como um modo de prevenir possíveis perigos em suas trajetórias de vida. O sujeito que, assim, alinha-se ao *ethos* neoliberal é denominado por Michel Foucault como *homo oeconomicus*. Segundo Foucault,

O homo oeconomicus é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros. O homo oeconomicus é, do ponto de vista de uma teoria do governo, aquele em que não se deve mexer. Deixa-se o homo oeconomicus fazer. É o sujeito ou o objeto do laissez-faire. É, em todo caso, o parceiro de um governo cuja regra é o laissez-faire. [...] O homo oeconomicus é aquele que é eminentemente governável. (FOUCAULT, 2008b, p. 369).

Como pode responder de forma satisfatória aos riscos sociais, o *homo oeconomicus* é governável e se constitui em um capital humano. “É um empresário, e um empresário de si mesmo, [...] sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 311).

O que chamamos de neoliberalismo levou essa relação ao extremo, produzindo uma sociedade espelhada no modelo-empresa, cuja lógica está pautada no investimento perene no capital humano, na competitividade, na liberdade e na (hiper)responsabilização individual. Podemos notar a relevância da educação nesse processo. Não seria exagero afirmar que, numa lógica de empresariamento social, a educação seja um espaço de competências para “a ‘eficácia’, a ‘eficiência’, a ‘inovação’, a ‘flexibilidade’, a ‘iniciativa’ (ser ‘proativo’), a ‘criatividade’, a ‘disposição em assumir riscos’, etc” (GADELHA, 2015, p. 351).

É com o desenvolvimento permanente de competências e habilidades que o *homo oeconomicus* pode responder às demandas da liberdade, dos riscos e do perigo. A educação, nessa direção, é um elemento fundamental para a naturalização da competição e da instauração da meritocracia no meio social. Na contemporaneidade, os meios pelos quais os sujeitos acessam a educação transcenderam, em larga escala, a aprendizagem escolar, mas não prescindiram dela, efetivamente. Nesse sentido, interessam ao neoliberalismo, desde o momento em que a competitividade é a propulsora do mercado, as práticas discursivas escolares que

enaltecem a ideia de uma formação educacional constante e inacabada, em que se aprende por toda vida e nunca se está suficientemente instruído ou capacitado. A busca por atualização, inovação e a uma suposta liberdade ligam os indivíduos ao mundo neoliberal.

A liberdade, no entanto, não é entendida como no liberalismo clássico, relacionada a uma natureza das relações espontâneas dos indivíduos com o mercado. No caso neoliberal, a liberdade é desnaturalizada. Como mostra Veiga-Neto (2011, p. 38): “a liberdade deve ser continuamente produzida e exercitada sob a forma de competição”. Entende-se, assim, a vital relação entre racionalidade neoliberal e educação, pois “na medida em que, para o neoliberalismo, os processos econômicos não são naturais, [...] tais processos devem ser continuamente ensinados, governados, regulados, dirigidos, controlados” (VEIGA-NETO, 2011, p. 38-39).

As distinções entre o liberalismo do neoliberalismo, grosso modo, não são as suas bases e fundamentos, mas a escala. O neoliberalismo se constitui como lógica social “totalitária”, pois faz da dinâmica e dos princípios do mercado a própria lógica social. O governo, como condução das condutas e produção de subjetividades, não depende exclusivamente do Estado, “pois o mercado de concorrência também pode perfeitamente se encarregar disso, atuando de maneira descentralizada e bastante eficaz (...)” (DUARTE, 2009, p. 47).

A escolarização, sobretudo de crianças e jovens, no Brasil, tem se mostrado, no processo de consolidação da governamentalidade neoliberal em nosso país, como mais um elemento formador de sujeitos adaptáveis ao consumo, à competição, à flexibilidade, ao empreendedorismo. Nessa formação, as competências gerais da BNCC têm um papel fundamental, funcionando como um dispositivo que dissemina práticas discursivas neoliberais. É o que abordaremos em seguida.

AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC ARTICULANDO A ARTE NEOLIBERAL DE GOVERNAR

Conforme o portal do Ministério da Educação, a BNCC (BRASIL, 2017) é referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares. A BNCC integra a política educacional nacional e pretende contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal,

referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para o oferecimento de infraestrutura adequada para a operacionalização do sistema educacional.

Ainda, o portal da BNCC (BRASIL, 2017) informa que a mesma é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional. A primeira versão do documento foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. Nesse período, ela recebeu mais de 12 milhões de contribuições – individuais, de organizações e de redes de educação de todo o País –, além de pareceres analíticos de especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica. As contribuições foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RJ) e subsidiaram a elaboração da segunda versão. Publicada em maio de 2016, a segunda versão da BNCC passou por um processo de debate institucional em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação.

Conta o portal da BNCC (BRASIL, 2017) que os seminários estaduais contaram com a contribuição de mais de 9 mil professores, gestores, especialistas e entidades de educação, encerrando o ciclo de consulta previsto para a segunda versão. Seus resultados foram sistematizados e organizados em relatório produzido por um grupo de trabalho, com base em análise realizada pela UnB. A versão final da BNCC foi analisada por leitores críticos (especialistas, associações científicas e professores universitários), que produziram pareceres relativos às diferentes etapas da Educação Básica, às áreas e aos componentes curriculares do Ensino Fundamental.

A participação da sociedade brasileira na elaboração da BNCC, como podemos observar acima, é realçada na parte do documento denominada Apresentação. Entendemos essa participação, nomeadamente de professores, gestores, especialistas e entidades educacionais, como um elemento estratégico da forma-empresa de funcionamento da sociedade. A “cultura da empresa” (PETERS, 2010, p. 221-222) – que aplica à educação os pressupostos neoliberais de “inovação, melhoria e modernização”, “excelência”, “obter mais com menos”, “revolução na informação e nas telecomunicações”, “alfabetização tecnológica”, dentre outros – procura maximizar a influência do consumidor sobre a qualidade e o tipo de serviços fornecidos, o que promove o deslocamento do controle produtivo para o exterior da empresa e, sendo assim, inclui os fornecedores na dinâmica da avaliação e competitividade. Na administração educacional, ainda

conforme Peters (2010), essa perspectiva se traduz em um movimento para desenvolver ou delegar responsabilidades aos educadores, além de aumentar poderes de escolas e pais, ambos vistos como consumidores de educação. Desta forma, quanto à BNCC, a população é conclamada a participar de sua elaboração, por sua “livre” escolha. Sendo assim, há a tendência dos cidadãos a confiar, a se comprometer com o documento, legitimando-o, pois haverá o entendimento de que o mesmo foi construído pelos cidadãos brasileiros, retirando do Estado a responsabilidade única de sua elaboração. Da mesma forma como se oferece liberdade, se controla as ações da população.

Como já comentamos acima, os dispositivos de segurança engendrados pelos governantes almejam controlar comportamentos a partir da gestão da liberdade e não agindo diretamente em relação às pessoas. Ayub (2014, p. 94) destaca que o *homo oeconomicus* é um sujeito “irredutível a qualquer ação de governo que visa controlá-lo com o objetivo de fomentar a totalização das ações do conjunto de indivíduos”. Nesse sentido, o autor defende que, para o neoliberalismo, esse indivíduo deve ser livre, o que delimita o controle governamental através de alguns “meios” ou estratégias para que se alcance determinados objetivos. Mas essa liberdade, produzida pela mesma governamentalidade neoliberal, regula as ações desses sujeitos:

ser livre significa estar apartado de qualquer ação orientada no sentido de privá-lo da realização de seus interesses ou de suprimir o elemento que constitui sua natureza fundante: a liberdade de escolha. Essa liberdade, quando transplantada à esfera da regulamentação política, torna possível o desenvolvimento de tecnologias de poder que são próprias da governamentalidade neoliberal (AYUB, 2014, p. 95).

É com o gerenciamento da liberdade que os preceitos neoliberais vão se naturalizando no cotidiano das pessoas. Enquanto a população participa da elaboração da BNCC e suas considerações sobre o documento são atendidas pelo Estado, há a aproximação entre os interesses políticos governamentais e esta mesma população. De outro modo, podemos registrar que as escolhas dos indivíduos são reguladas pela produção neoliberal dessas mesmas escolhas.

Nesse contexto, a BNCC apresenta como uma de suas principais fundamentações pedagógicas o ensino de conteúdos curriculares para o desenvolvimento de competências. Conforme o documento:

[...] na educação formal, os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como sendo a possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes. A esse conhecimento mobilizado, operado e aplicado em situação se dá o nome de competência (BRASIL, 2017, p. 15).

Dessa forma, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 9-10) adota dez competências gerais, que se inter-relacionam e pretendem perpassar todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica, sobrepondo-se e interligando-se à construção de conhecimentos e habilidades, bem como à formação de atitudes e valores.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

1. *Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.*
2. *Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.*
3. *Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.*
4. *Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.*
5. *Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.*
6. *Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.*

7. *Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.*
8. *Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.*
9. *Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.*
10. *Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.*

A aproximação entre educação e neoliberalismo, propiciada pelo dispositivo em questão, permite dois eixos de análise, seguindo considerações elaboradas por Veiga-Neto (2013, p. 11): a educação convocada pelo neoliberalismo e utilizada como estratégia para veiculação de políticas de intervenção social e/ou inclusiva; e a educação convocada, da mesma forma, para fornecer cidadãos autônomos, empreendedores, flexíveis, ou seja, afinados com o jogo neoliberal.

Para discutir as competências 1, 4, 7 e 9 utilizamos o primeiro eixo - a educação convocada pelo neoliberalismo e utilizada como estratégia para veiculação de políticas de intervenção social e/ou inclusiva. Embora implicitamente possamos observar traços dessa problematização em quase todos os itens, são os citados acima que demonstram mais explicitamente o quanto a educação (sobretudo a escolarizada) é acionada “como *locus* de intervenção social, pois ela é vista como capaz de suprir as carências sociais e econômicas das populações” (VEIGA-NETO, 2013, p.11).

Os itens 7 e 9 trazem o problema da inclusão de forma bem marcada: “7. [...] formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos[...]” e “9. [...] valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza”. A produção discursiva sobre

diversidade cultural vai ao encontro da ideia de pluralismo, que, conforme Lagasnerie (2013), é uma das ideias-chave do neoliberalismo. Isso porque, segundo o autor,

toda a teoria social do neoliberalismo visa, portanto, a desmentir a ideia segundo a qual haveria a necessidade de um ‘plano’ superior que viesse instaurar ‘consenso’ entre os indivíduos ou de um ‘contrato’ fundado na repressão dos interesses particulares em nome de exigências mais gerais. Não é difícil imaginar um mundo fundamentalmente plural, que permita a expressão dos diversos modos de existência e contradições em vez de querer reprimi-las (LAGASNERIE, 2013, p. 89).

É justamente essa possibilidade da pluralidade e da diversidade que oferece ao mercado um status de ajustador da ordem social, pois, ainda segundo Lagasnerie, é precisamente nessa ótica que se inscreve a utopia de uma “mercadização” da sociedade: com efeito, o mercado é aqui concebido como a instância que permite o desenvolvimento de uma “ordem espontânea” que deixa os indivíduos utilizarem o seu conhecimento, visando a suas próprias escolhas (2013, p. 89).

A partir disso, podemos verificar que a escola, aderindo às proposições do neoliberalismo, precisa promover a elaboração desse território plural onde as pessoas “livremente” podem investir em seu capital humano, aperfeiçoando-se para fazer parte do jogo mercadológico. Segundo Santos e Klaus (2013, p. 71):

A inclusão educacional de todos é fundamental nesse sentido, pois o baixo nível educacional ainda é um dos principais obstáculos para o crescimento e o desenvolvimento brasileiro. [...]. Em nome de uma educação para todos, tem-se dado especial destaque, por exemplo, ao respeito e à tolerância para com a diversidade. [...]. Todos os sujeitos podem desenvolver suas habilidades e competências, podem tornar-se sujeitos empresários de si mesmos, autônomos, capazes de se autogerenciar.

Os itens 5, 6, 7, 8 e 10 apontam para o segundo eixo de análise: uma educação convocada para fornecer cidadãos autônomos, empreendedores, flexíveis, como as autoras destacam na citação acima, ou seja, afinados com o jogo neoliberal. Da mesma forma que na análise dos outros itens, esse eixo também se “espalha” por todas as competências da BNCC. Destacadamente, a competência de número 10 parece sintetizar todas as demais: “10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, respon-

sabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. Tem-se nesse item o visível propósito de formar “subjettividades neoliberais [...], gente qualificada, [...] pois não basta haver consumidores e competidores, mas é preciso que eles sejam saudáveis ou, pelo menos, se distribuam ao longo de escalas de normalização bem conhecidas, controladas e manejáveis” (VEIGA-NETO, 2013, p. 12). Em conformidade com o neoliberalismo, que requer, dentre outras coisas, a responsabilização dos indivíduos por suas trajetórias satisfatórias ou não, a BNCC reforça, com essas competências gerais, a individualização dos sujeitos, a formação para o consumo, para a competição e para o trabalho. A produção do *homo oeconomicus* pela educação, desta forma, é o investimento naquilo que Foucault (2008b, p. 308) entende por “capital humano”:

Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência, como eles dizem: é uma “máquina”. E, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários, como eles dizem: um fluxo de salários.

Tendo em mente a perspectiva de análise foucaultiana, Santos e Klaus (2013) observam que, no neoliberalismo, o investimento educacional é mais abrangente do que um aprendizado escolar ou um aprendizado profissional, pois se almeja a formação de uma “competência-máquina”, a produção de um capital humano. Santos e Klaus (2013) destacam, na esteira de Foucault, que são necessários, para a constituição do capital humano, além da formação escolar, incentivos culturais familiares como, por exemplo, tempo e cuidados dedicados pelos pais a uma criança. Esses elementos constituirão um capital humano considerado qualificado. “E será no ambiente familiar (e escolar) que a vida poderá ser calculada, quantificada e medida em termos de possibilidades de investimento em capital humano” (SANTOS; KLAUS, 2013, p. 73).

Da mesma forma, Gadelha (2009, p.156) compreende que a população tem sido frequentemente chamada a investir em sua capacitação educacional, por estratégias de regulação cujo objetivo é a competitividade, sendo constantemente alvo de avaliações quanto às qualificações que precisa buscar para ser valorizada no mercado. O sujeito que daí se produz, o empresário de si mesmo, não é mais um *passivo* e nem um

ativo nos registros das grandes empresas; mas sim um *investidor*, quase como um sócio que oferece o seu capital humano em prol de seu sucesso e da empresa em que trabalha. Gadelha (2009, p. 156-157) chama esse processo de “cultura do empreendedorismo”:

A disseminação dessa cultura, sempre em estreita conexão com a educação, com as escolas, com os projetos sociais e assistenciais, esportivos e de formação técnico-profissional, vem sendo feita de tal modo a ampliar-se progressivamente, como estando associada a virtualmente tudo o que seria “decisivo” e “bom”, não só para o sucesso dos indivíduos, em particular, mas também para o progresso, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda a sociedade.

A cultura empreendedora pode ser notada no funcionamento da BNCC como um dispositivo de segurança que, optando por práticas discursivas voltadas para uma “educação inclusiva” e para uma “formação de cidadãos autônomos, flexíveis e empreendedores”, conforme demonstramos acima, configura-se em uma aposta governamental decisiva em formar o capital humano do Brasil. Sobre o dispositivo, afirma Foucault (2016b, p. 364) que o mesmo é uma rede de elementos que se forma e se entrelaça para alcançar determinados efeitos:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...]. Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em se tratando da BNCC – compreendida como mecanismo de segurança – uma tática de controle dos indivíduos que emerge com a governamentalidade neoliberal, criado simultaneamente com uma concepção de povo, e que se caracteriza por um conjunto de elementos que intervêm na “natureza” dessa mesma população (AYUB, 2014) – na esteira do que Foucault (2016b) afirma na citação acima – forma-se uma rede de elementos que agem discursivamente em processos que subjetivam coletividades em conformidade com um *ethos* neoliberal: iniciando-se pela “convocação” da população a participar da elaboração

do texto do documento; passando pela disseminação de um discurso que, uma vez produzido por milhares de brasileiros e brasileiras, apresenta-se legitimado como verdadeiro e, desta forma, acolhido como essencial às aprendizagens de todos os estudantes do país; por fim, configura-se um aparato discursivo que sutilmente, embora de forma explícita em muitos momentos, distribui, através das competências gerais da BNCC, a racionalidade neoliberal por todo o currículo escolar, o que significa o intento de governar os modos de vida de uma juventude que, futuramente, reproduzirá em sociedade a mesma racionalidade.

Afirmamos anteriormente que os dispositivos de segurança têm sua ação concentrada no tensionamento entre liberdade e perigo, constituindo, ao mesmo tempo, liberdade, medo e riscos sociais. Segundo Bauman (2009), no mundo líquido moderno, tanto a solidez das coisas quanto a das relações humanas vêm sendo interpretadas como ameaças: qualquer compromisso a longo prazo limita movimentos e reduz oportunidades. Diante de um consumismo que visa não o acúmulo de bens, mas a sua máxima utilização, a educação, continua Bauman (2009), vê-se desafiada a enfrentar conhecimentos prontos para sua utilização e eliminação imediatas, como programas de *software*.

Além disso, a instituição escolar apresenta em suas demandas novos princípios de formação dos estudantes, ligados a essa fase “líquida”, flexível, instável da modernidade: com a ameaça do descompromisso, ou da recusa do compromisso, acima da possibilidade de um controle ou vigilância, “cabe aos subordinados comportar-se de modo a obter consensos perante os chefes e levá-los a ‘adquirir’ seus serviços e seus produtos criados individualmente” (BAUMAN, 2009, p.666). Na educação, como efeitos desse processo, temos a “individualização” e a “privatização” das situações de ensino e aprendizagem, “além da gradual e inexorável substituição da relação ortodoxa professor-aluno por aquela de fornecedor-cliente, ou aquele centro comercial – comprador” (BAUMAN, 2009, p. 670).

Como mencionado anteriormente, as disputas nesse mundo líquido moderno precisam ser reguladas de modo a garantir flexibilidade e liberdade aos indivíduos, de forma que, na pluralidade, as individualidades prevaleçam e o jogo econômico neoliberal se produza. Nas palavras de Foucault (2008a, p. 61):

Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função

responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança.

Nesse sentido, entendemos que a BNCC regula a organização curricular do sistema educacional brasileiro, justamente atuando de forma abrangente em todo o currículo escolar, através de competências “gerais” que devem atravessá-lo e, desta forma, fazer com que chegue a todos os estudantes do país o modo de ser e agir de uma cultura empreendedora. Com a finalidade de conseguir a colaboração e a aceitação dos indivíduos, produz uma determinada “sensação de liberdade”, de livre escolha, enquanto constitui-se em um documento que permitiu aos brasileiros a oportunidade de opinarem sobre o seu conteúdo. Desta forma, na esteira interpretativa de Foucault (2008a), a BNCC não atua pela proibição nem pela prescrição, mas oferecendo caminhos que podem proibir e prescrever, uma vez aceitos e acrescentados ao dia a dia das escolas, da mesma maneira que a “cultura da empresa” (PETERS, 2010) ou a “cultura do empreendedorismo” (GADELHA, 2009) produzem o *homo oeconomicus*, imprescindível ao êxito da governamentalidade neoliberal.

Considerações finais

A generalização da forma empresa por todo o corpo social, conforme vimos, é a transformação do modelo investimento-custo-lucro, conforme Foucault (2008b) em um modelo das relações sociais, um modo de vida, uma forma de relação do indivíduo consigo próprio e com o seu meio. Os investimentos educacionais, para a governamentalidade neoliberal, dessa forma, significam a criação de sujeitos guiados por comportamentos econômicos que vão produzir rendimento. Analisamos a economia neoliberal, em uma perspectiva foucaultiana, como a ciência do comportamento humano e o capital, definido como aquilo que possibilita rendimentos futuros, como o salário, como um capital indissociável de quem o detém. Um capital humano. Segundo esse discurso, que aproxima a escola da empresa, as instituições são remodeladas conforme critérios comerciais e encorajadas a disseminar o empreendedorismo entre os estudantes.

Nesse sentido, ao analisarmos as competências gerais da BNCC, identificamos um discurso que, funcionando enquanto dispositivo,

veicula e legitima pressupostos neoliberais e tem por finalidade formar, nas escolas brasileiras, sujeitos aptos a continuar o jogo neoliberal. Não temos, porém, o objetivo de denunciar o quanto esse documento pode prejudicar as políticas educacionais em nosso país. Pelo contrário, as práticas discursivas que o documento veicula produzem um direcionamento das discussões sobre currículo em todo o país. Atende às demandas para as quais foi pensado. Apenas afirmamos que essas demandas fazem parte de uma arte de governar neoliberal.

Perceber que estamos reproduzindo nas escolas um discurso de inspiração neoliberal que, por mecanismos de segurança (a divulgação das competências gerais da BNCC é um exemplo disso) chega até nós com a pretensão de atingir a todos os estudantes, pode fazer com que atentemos para os currículos escolares como construções históricas e culturais que nos constituem como determinadas formas de sujeitos. Já dizia Foucault (2012, p. 136): “não tenho nenhuma solução a propor. Mas considero inútil disfarçar: é preciso tentar ir ao fundo das coisas e enfrentá-las”. Se não podemos escapar totalmente do jogo neoliberal, podemos saber como ele funciona.

THE BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)
“COMMON CORE CURRICULUM” AND THE NEOLIBERAL
ART OF GOVERNING EDUCATION IN BRAZIL

Abstract: *The text problematizes the general competences of the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) as articulators of the government of the Brazilian population through educational channels, operationalized by a neoliberal rationality. It is understood, through Michel Foucault's analysis, that this document, while establishing a regulation for the curricular organization of the educational system in Brazil, also conducts the way the subjects who access the schools are constituted. Such processes develop through the discursive production of the document itself, understood in this text as a security device. It aims to show how the discursive practices conveyed by the BNCC aim to produce subjects who will assimilate neoliberal precepts as a way of life, entrepreneurs of themselves, permanent and competitive learners. With the publication of the BNCC in 2017, education in Brazil is linked to a contemporary policy of narrowing between Brazilian education and the neoliberal corollary of social entrepreneurship. The BNCC should not be analyzed as a document that refers only to school subjects - teachers*

and students; but rather, as imbricated in power relations and the production of subjectivities, it needs to be understood as a strategic element in the regulation of social conducts. This is how neoliberal “governmentality” is understood as a way of being, an ethos, which has in the general competences of BNCC a fundamental device for the dissemination of a business model that has as functioning principle the whole society.

Keywords: *Education. Neoliberalism. Curriculum.*

Notas

- 1 Sobre o conceito de dispositivo, diz Foucault (2016b, p. 368): “Para dizer: eis um dispositivo, procuro quais foram os elementos que intervieram em uma racionalidade, em uma organização”.
- 2 O entendimento de Foucault (2016c, p.291) sobre o disciplinamento é que ele “é um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância [...]; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apoia no princípio [...] segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina”.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AYUB, João Paulo. *Introdução à analítica do poder de Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. *Cadernos de pesquisa*. v. 39, n. 137, p. 661-684, maio/ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

DUARTE, André. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-50, 2009.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Um sistema finito diante de um questionamento infinito. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p.123-140.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a. p. 407-431.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016b. p. 363-406.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016c. p. 278-295.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GADELHA, Sylvio. Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. In: RESENDE, Aroldo de (org). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 345-366.

JARDIM, Alex Fabiano Correia Michel Foucault e a educação: o investimento político do corpo. *Unimontes científica*, Montes Claros, v. 8, n. 2, jul./dez. 2006.

LAGASNERIE, Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo: Politeia, 2017.

NARODOWSKI, Mariano. *Comenius e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PETERS, Michael. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 211-224.

RESENDE, Aroldo de. A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na modernidade. In: RESENDE, Aroldo de (org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 127-140.

SANTOS, Iolanda Montano dos; KLAUS, Viviane. A inclusão e o sujeito empresário de si. In: FABRIS, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos. (org.).

Inclusão e Biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 61-78.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *A escola tem futuro?* 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 97-118.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Estudos de biopolítica e educação na América Latina: avaliação e perspectivas. Conferência de encerramento do IV COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE BIOPOLÍTICA E II COLÓQUIO INTERNACIONAL DE BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO. Bogotá, 2013. Disponível em: <http://www.michelfoucault.com.br/files/IV%20CLAB%20-%20II%20CIBE%20-%20Encerr.%20Texto%20Final%20para%20LER%20-%206set13.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.